



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE
ANANINDEUA FACULDADE DE
HISTÓRIA**

ALESSANDRA CARRERA SOEIRO

**CARTAS AO INTERVENTOR: vozes femininas e estratégias de sobrevivência no
Pará (1930-1933).**

ANANINDEUA
2025

ALESSANDRA CARRERA SOEIRO

CARTAS AO INTERVENTOR: Vozes femininas e estratégias de sobrevivência no Pará (1930-1933).

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em História pela Universidade Federal do Pará, Campus Ananindeua.

Orientador: Prof. Dr. Wesley Garcia.

ANANINDEUA
2025

ALESSANDRA CARRERA SOEIRO

CARTAS AO INTERVENTOR: vozes femininas e estratégias de sobrevivência no
Pará (1930-1933).

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de História, do Campus Universitário de
Ananindeua, da Universidade Federal do Pará, como
requisito parcial para obtenção do título de
Licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Wesley Garcia.

Data da aprovação: 13/09/2025

Conceito: Bom

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Wesley Garcia
Orientador
Campus Ananindeua – UFPA

Profª Drª. Sueny Diana
Campus Ananindeua - UFPA

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente à minha família, em especial aos meus pais, que se sacrificaram e trabalharam incansavelmente por mim e por meus irmãos, para que eu chegasse até aqui. Sempre me apoiaram, incentivaram-me a voar mais alto. Serei eternamente grata por todo amor, dedicação e força que sempre me transmitiram.

À minha avó (in memoriam), dedico parte desta conquista. Ela sempre me incentivou a seguir atrás dos meus sonhos e, mesmo após sua partida, continua sendo a minha maior inspiração e exemplo de força. Você permanece viva em minha memória e em minhas escolhas, e sei que estaria orgulhosa deste momento.

Aos meus irmãos Luciano, Samuel, Kevin e Jhonnatan, que sempre estiveram ao meu lado, agradeço pelo apoio, pelas palavras de incentivo e pelo carinho em todos os momentos. Ser irmã de vocês é motivo de honra e alegria para mim.

Ao meu sobrinho Heitor, agradeço pelo sorriso mais sincero e pelo sentimento mais puro que compartilho.

Aos amigos que fiz na UFPA, deixo aqui meu profundo agradecimento. Sem vocês, essa caminhada teria sido mais difícil. Em especial, agradeço a André Nobre, Hellen Quinto, Josué Pamplona, Lucas Nojosa, Patrick Albuquerque e Valéria Aguiar, que caminharam comigo nesta trajetória e dividiram comigo momentos únicos de aprendizado. A colaboração e o apoio de cada um foram fundamentais para que eu chegasse até aqui.

Aos professores do curso de História do campus Ananindeua que fizeram parte da minha formação, pela dedicação e pelo conhecimento compartilhado, minha sincera gratidão e cada ensinamento contribuíram para minha formação e me ajudaram a construir a profissional que desejo ser.

Aos membros da banca, agradeço a leitura atenta e pelas observações.

Ao meu orientador, Wesley Garcia, sou imensamente grata pela paciência, pelo apoio e pela orientação durante todo este processo.

À Universidade Federal do Pará, agradeço por me proporcionar a oportunidade de viver uma experiência transformadora, que marcou minha vida pessoal e acadêmica.

CARTAS AO INTERVENTOR: vozes femininas e estratégias de sobrevivência no Pará (1930-1933).

Alessandra Carrera Soeiro¹

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar as expectativas sociais de mulheres paraenses entre 1930 e 1933, a partir das cartas enviadas ao interventor Magalhães Barata, buscando compreender suas vivências e a forma como utilizaram a escrita como instrumento de reivindicação. A pesquisa adota uma metodologia qualitativa e quantitativa baseada na coleta e análise dessas correspondências, o que possibilitou identificar padrões de solicitações e elementos culturais presentes nas narrativas. Os resultados indicam que as cartas revelam não apenas pedidos de auxílio, mas também estratégias de busca por reconhecimento em uma sociedade marcada por desigualdades econômicas e pela ausência de políticas públicas que atendessem as mulheres. Essas evidências demonstram a vulnerabilidade social das mulheres e sua capacidade de agência, valorizando suas vozes como parte essencial da história social da Amazônia.

Palavras-chave: Agência feminina; Mulheres paraenses; Cartas ao interventor; História social da Amazônia; Expectativas de gênero.

Abstract: The objective of this article is to analyze the social expectations of women in Pará between 1930 and 1933, based on letters sent to the intervener Magalhães Barata, seeking to understand their experiences and how they used writing as a tool for advocacy. The research adopts a qualitative and quantitative methodology based on the collection and analysis of this correspondence, which made it possible to identify patterns of requests and cultural elements present in the narratives. The results indicate that the letters reveal not only requests for assistance, but also strategies of agency and the search for recognition in a society marked by economic inequalities and the absence of public policies that served women. This evidence demonstrates women's social vulnerability and their capacity for agency, valuing their voices as an essential part of the social history of the Amazon.

Keywords: Female agency; Women from Pará; Letters to the intervener; Social history of the Amazon; Gender expectations.

¹Graduanda do curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal do Pará- Campus Ananindeua. Endereço eletrônico: alessandrasoeiro17@gmail.com

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	07
1.1 Vozes femininas em meio ao silenciamento.....	08
2. CONTEXTO HISTÓRICO, POLÍTICO E SOCIAL DO PARÁ NA DÉCADA DE 1930	09
2.1 A interventoria de Magalhães Barata e a aproximação com a população.....	09
3. MULHERES, SILENCIAMENTO E RESISTÊNCIA PELA ESCRITA NA AMAZÔNIA (1930–1933)	12
3.1 Silenciamento e marginalização histórica das mulheres.....	13
3.2 As cartas como forma de resistência e agência feminina.....	13
4. DIÁLOGO COM O PODER PÚBLICO E ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS DE SOBREVIVÊNCIA	16
4.1 A escrita como estratégia de legitimidade e sobrevivência.....	16
4.2 Vulnerabilidade e agência nas cartas femininas.....	18
4.3 Cartas como ferramenta política e relação com o estado.....	19
5. TIPOLOGIAS DOS PEDIDOS ENCONTRADOS	21
5.1 Perfis sociais e demandas recorrentes das remetentes.....	21
6. EXPECTATIVAS SOCIAIS DE GÊNERO	24
6.1 A ausência masculina e a sobrecarga das mulheres.....	24
6.2 A maternidade e pobreza como estratégias de legitimação.....	25
6.3 Submissão, resistência e afirmação de direitos.....	27
7. AGÊNCIA FEMININA E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA	30
7.1 A maternidade e o papel de provedoras como recurso legitimador.....	32
7.2 Vozes femininas: entre a exclusão e a afirmação de direitos.....	34
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
CARTAS CITADAS NO TEXTO	35
REFERÊNCIAS	45

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar as expectativas sociais de mulheres paraenses entre 1930 e 1933, a partir das cartas enviadas ao interventor Magalhães Barata. Diante disso, surgem algumas questões norteadoras: o que essas cartas revelam sobre o cotidiano e as estratégias das mulheres nos anos 1930? De que forma as correspondências evidenciam práticas de agência feminina em um contexto de silenciamento? Quais expectativas sociais de gênero aparecem nesses relatos? E de que modo as mulheres se apresentavam para serem ouvidas e para solicitar auxílio?

Para responder a tais questões, esta pesquisa faz uma abordagem qualitativa e quantitativa, a partir da análise das cartas preservadas no Arquivo Público do Estado do Pará.

As correspondências permitem compreender não apenas situações particulares, mas também padrões coletivos de experiências e expectativas. Como destaca HORTA, DIAS & CORDEIRO, (2018, p. 3), “As cartas serão assim trabalhadas como fonte documental, e estes documentos são de origem de arquivos pessoais [...]”, ele mostra como as cartas são importantes, não apenas como um registro individual, mas possibilita conhecer o ponto de vista da mulher paraense durante a interventoria.

Relatos de desamparo eram acompanhados de apelos à sensibilidade do interventor, em um jogo discursivo que revelava tanto a vulnerabilidade e a capacidade de agência das mulheres. A relevância deste estudo está em incluir as experiências das mulheres paraenses entre 1930 e 1933 como parte essencial da história social da Amazônia.

Magalhães Barata, por sua vez, utilizava as cartas como canal de proximidade com a população com os interesses de reforçar sua imagem de governante acessível e atencioso, como observa Silva (2010):

“Através dessas duas vias oficiais, a realização de audiências públicas e das cartas-petições, a interventoria estabeleceu canais de aproximação que permitiam o contato entre o interventor e os mais diversos sujeitos sociais [...] personificava o Estado na imagem do interventor Magalhães Barata [...]”

As correspondências analisadas, portanto, revelam a presença ativa das mulheres paraenses na esfera pública, mesmo em meio à marginalização social e histórica. Ao recorrerem

à escrita, elas acionaram mecanismos de resistência e reivindicação, reivindicando dignidade, direitos e reconhecimento em um contexto de exclusão.

Em síntese, as cartas endereçadas ao interventor mostram que as paraenses transformaram a escrita em um espaço de diálogo com o governo, trazendo consigo angústias, necessidades e esperanças. Longe de serem meras súplicas isoladas, esses registros desvelam aspectos profundos das expectativas femininas em um cenário de mudanças políticas e inexistência de políticas sociais.

A análise das vozes permite uma releitura do papel das mulheres na história amazônica, ampliando a compreensão sobre sua agência e resistência em meio às desigualdades sociais e de gênero da década de 1930.

1.1. VOZES FEMININAS EM MEIO AO SILENCIAMENTO

No dia 3 de setembro de 1931, Hermenegilda de Araujo Oliveira endereçou uma carta ao interventor federal do Pará, Magalhães Barata, nos seguintes termos:

1- “[...] Hermenegilda de Araujo Oliveira, vem perante V. Ex^a reiterar-lhe um pedido confiada no bondoso amparo que V. Ex^a vem dispensando aos pobres. A suplicante foi empregada no Hospício de Alienados, isto no governo do Dr. Souza Castro, e está ainda desembolsada da quantia de 250\$000 réis (duzentos e cinquenta mil réis), referentes aos seus ordenados que ali auferia. É uma importância diminuta, mas, para quem luta com grande falta de recursos, serve para minorar algo das dificuldades em que se encontra para a manutenção e criação de seus três filhos ainda pequeninos; e vendo a proteção afetuosa e disvelada que V.Ex^a tão carinhosamente vem concedendo àqueles que dela necessitam, rogo V. Ex^a dispense a vossa valiosa proteção a uma mãe em precárias circunstâncias, para o receber.” (Arquivo Público do Pará, Fundo Gabinete do Interventor, Série: Carta, caixa 06).

A Hermenegilda, empregada no Hospício de Alienados, relatava não apenas a dívida de salários que ainda não recebera, mas também as dificuldades de sustentar sozinha seus filhos. Apesar de se tratar de uma experiência particular, a carta reflete questões recorrentes nas correspondências enviadas a Barata: mulheres em situação de vulnerabilidade recorriam à autoridade máxima do Estado na expectativa de obter auxílio.

As cartas, escritas em tom respeitoso e permeadas pela esperança de atendimento, revelam tanto a fragilidade material quanto a confiança no interventor, conhecido por estender apoio aos mais necessitados.

Ademais, a marginalização feminina na sociedade e na historiografia, resultado da

ausência de reconhecimento de sua participação ativa, produziu um profundo silenciamento das mulheres. A falta de assistência pública levava muitas delas a recorrer às cartas como estratégia de reivindicação.

Nesse processo, transformavam a escrita em um instrumento de agência, buscando superar as barreiras impostas por uma ordem social que as relegava ao espaço privado. Assim, ao redigir correspondências ao interventor, mulheres ultrapassaram o silêncio que historicamente lhes fora imposto, inserindo-se no espaço urbano e reivindicando melhorias para si e para seus lares.

2. CONTEXTO HISTÓRICO, POLÍTICO E SOCIAL DO PARÁ NA DÉCADA DE 1930

O período foi marcado pela centralização política após a Revolução de 1930, quando Getúlio Vargas nomeou interventores federais para governar os estados. No Pará, Magalhães Barata assumiu como representante máximo do novo regime, mediando conflitos sociais e funcionando como porta de acesso da população às estruturas do Estado.

No início da década de 1930, o Brasil vivia profundas transformações políticas e sociais. A Revolução de 1930 marcou o início do governo de Getúlio Vargas, a suspensão da Constituição, a criação de leis trabalhistas, o reconhecimento do voto feminino e o ingresso mais expressivo das mulheres no mercado de trabalho.

Apesar disso, os papéis tradicionais de gênero permaneciam. A sociedade ainda não reconhecia plenamente a agência feminina, restringindo a participação das mulheres ao ambiente doméstico e à dependência de figuras masculinas.

2.1. A INTERVENTORIA DE MAGALHÃES BARATA E A APROXIMAÇÃO COM A POPULAÇÃO

No Pará, esse período foi marcado pela interventoria de Magalhães Barata, cuja gestão conservadora e nacionalista buscava conciliar o discurso de modernização com a manutenção de estruturas tradicionais.

Para consolidar seu poder, Barata utilizou estratégias populistas, aproximando-se das classes populares por meio de práticas assistencialistas, como a realização de audiências

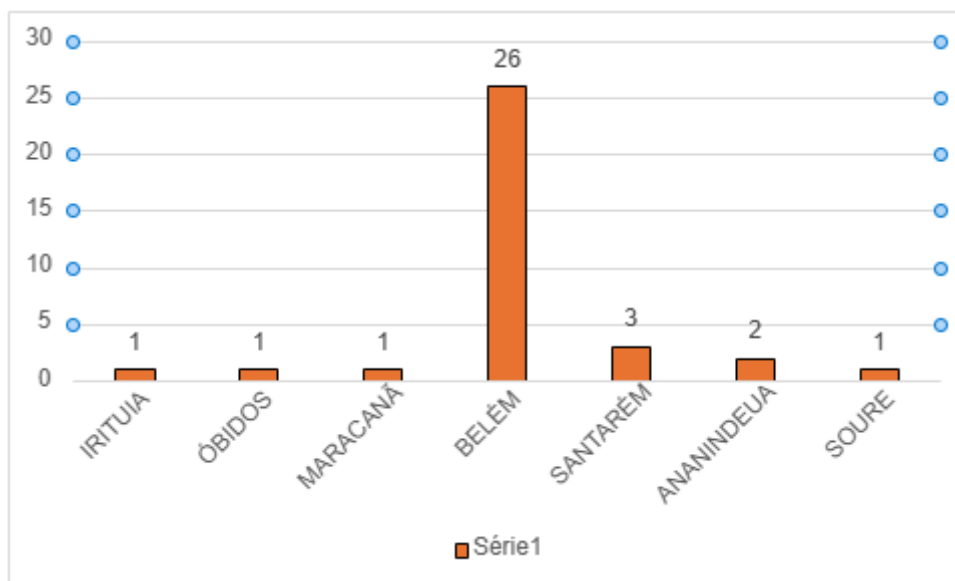
públicas e o incentivo ao envio de cartas pela população.

Como observa (FONTES, 2013, 145):

“o major Barata inaugurou um modo diferenciado de governar, caracterizado por suas visitas constantes ao interior, pela concessão de audiências públicas para o povo de Belém, pelo rebaixamento dos aluguéis, pela expropriação de terrenos e pela criação dos clubes de resistência e das concentrações populares.”

Essas correspondências foram institucionalizadas como um canal direto entre a população e o governo. Para muitas mulheres, representavam uma possibilidade concreta de acesso ao poder público e uma esperança de atendimento às suas carências mais imediatas.

Ao mesmo tempo, o interventor utilizava estratégia para se projetar como líder acessível e paternalista, legitimando seu governo junto aos setores mais pobres. Magalhães Barata buscava criar a imagem de homem benevolente, que conhecia de perto os problemas da população e se apresentava como capaz de solucioná-los. Essa política de aproximação pode ser observada também nas correspondências que mostravam que tal visão do governo chegava em outros municípios além de Belém. Em 35 cartas, foi possível identificar quais eram os municípios de envio, a maior parte delas foi enviada da capital, Belém, mas há registros de envios de outros municípios. Esse dado evidencia que a figura de atender aos mais necessitados atribuída ao interventor alcançou regiões distantes, consolidando sua presença política. Assim, mulheres de diferentes localidades tentavam ser reconhecidas e atendidas pelo Estado, utilizando a escrita como mediação direta com a autoridade. O gráfico mostra a classificação dos locais de envio das cartas analisadas.



fontes: a partir das cartas analisadas do Arquivo Público do Estado do Pará.

Assim, suas ações buscavam obter o consenso ativo do povo, como observa Campos (2024, p. 83). Havia uma reciprocidade evidente: enquanto os cidadãos recorriam ao interventor em busca de soluções imediatas para seus problemas, o governo consolidava sua imagem de acessibilidade e proximidade.

A ausência de políticas públicas eficazes e a insuficiência de renda agravaram a situação das famílias. Muitas mulheres, sobretudo mães e viúvas, ficaram em condições de miséria após perderem seus companheiros.

Os serviços que desempenhavam fora do lar incluíam ocupações como operária, costureira, lavadeira, enfermeira e professora, funções mal remuneradas e, muitas vezes, instáveis, mas era a saída que elas encontravam para sobreviver.

Com o crescimento da urbanização e do êxodo rural, a pobreza nas cidades aumentou, forçando as mulheres de classes populares a ocuparem espaços públicos até então considerados impróprios para sua circulação.

Nesse cenário, Luzia Álvares (1990) ressalta que Barata buscou se aproximar especialmente das professoras, reconhecendo sua influência social e eleitoral, sobretudo após a conquista do voto feminino. Essa relação estratégica visava angariar apoio político e legitimar sua liderança e que as mulheres estavam começando a fazer presença nos espaços políticos.

Além das classes populares, Magalhães também recebeu apoio de setores de mulheres que pertenciam à elite paraense. Carlos Roque (2006) relata que Barata era homenageado por

mulheres de prestígio social, como a sociedade “Mulher Paraense”, que organizou um espetáculo no Theatro da Paz em 16 de novembro, e a “Legião Feminina”, que lhe prestou homenagens em seu aniversário. Destacando que ele conseguia cativar mulheres de diferentes classes.

As correspondências de mulheres revelam múltiplas situações de mães vivendo de costura com filhos desempregados, viúvas de operários, esposas de presos, professoras do interior, além de denúncias de defloramento, perseguições e extorsões.

Alguns remetentes recorreram às cartas para relembrar promessas feitas pelo interventor, outras solicitaram verbas ou explicavam benefícios já concedidos. Exemplos são os relatos de dona Marieta Campos, viúva do maestro Manuel Campos, que esclareceu que os recursos recebidos eram provenientes da organização de eventos musicais, e de dona Maria José Baena Comissão, que afirmou que a verba foi fundamental para o tratamento de seu esposo, então diretor da recebedoria.

Essas interações demonstram tanto a instabilidade vivida pelas mulheres quanto a complexidade das relações de gênero e poder no período. Mesmo diante de uma sociedade que restringia sua presença ao espaço privado, as mulheres encontraram nas cartas uma forma de participar ativamente da vida pública, ainda que de modo limitado.

As mensagens enviadas a Magalhães Barata não apenas evidenciam as dificuldades individuais, mas também espelham as condições de muitas outras mulheres que se viam desamparadas. A escrita permitiu que expusessem suas necessidades, buscassem soluções e se fizessem visíveis ao poder público. Embora suas vozes fossem muitas vezes marginalizadas nos discursos oficiais, sua atuação contribuiu para a construção da história social do período.

Assim, este estudo contextualiza as correspondências dentro do cenário político e social da década de 1930, ressaltando tanto o papel estratégico das cartas para a legitimação do governo de Magalhães Barata quanto a agência feminina em um contexto de desigualdade e carência de políticas governamentais.

A análise dessas fontes contribui para a historiografia ao destacar a relevância das mulheres na sociedade paraense durante a Era Vargas, resgatando suas vozes e experiências em meio a um período de mudanças profundas.

3. MULHERES, SILENCIAMENTO E RESISTÊNCIA PELA ESCRITA NA

AMAZÔNIA (1930–1933)

3.1 SILENCIAMENTO E MARGINALIZAÇÃO HISTÓRICA DAS MULHERES

A atuação das mulheres permanecia condicionada a normas culturais que restringiam sua participação nos espaços públicos e valorizavam a figura feminina associada ao lar. A sociedade atribuía a elas responsabilidades como o cuidado com os filhos e a administração da casa, reforçando e relegando-as a um papel secundário, tornando-as invisíveis no espaço público.

A historiografia tradicional, por muito tempo, colaborou para esse silenciamento, sobretudo em relação às mulheres mais pobres, excluídas dos registros oficiais. Costumes e valores sociais, sustentados por discursos científicos, legitimavam a autoridade masculina.

Como observa Del Priore (2000), a medicina social dos séculos XIX e XX consolidou um modelo de feminilidade baseado em pressupostos biológicos, que atribuía às mulheres fragilidade, recato e submissão, reforçando sua posição subordinada e vinculada ao cuidado do lar e da maternidade.

Grande parte das mulheres que escreveram ao interventor era composta por pobres, viúvas ou mães solteiras, responsáveis sozinhas pelo lar. Mesmo com os avanços no campo dos direitos civis e trabalhistas, poucas tiveram acesso efetivo a essas conquistas. A baixa escolarização limitava sua ascensão social, e algumas que trabalhavam recebiam salários insuficientes, enfrentando dupla ou tripla jornada entre o serviço remunerado, o cuidado com os filhos e as tarefas domésticas.

As profissões consideradas adequadas para as mulheres eram aquelas que não exigiam esforço físico ou turnos noturnos, a fim de preservar sua imagem de guardiãs morais do lar. No Pará, entre 1930 e 1933, a participação feminina foi atravessada por marginalização e invisibilidade. Pouco reconhecidas pela historiografia, elas apareciam quase sempre associadas a figuras masculinas, o que apagava suas experiências e contribuições.

3.2. AS CARTAS COMO FORMA DE RESISTÊNCIA E AGÊNCIA FEMININA

Contudo, diante da ausência de políticas públicas e da precariedade de suas condições de vida, muitas mulheres recorreram às cartas enviadas ao interventor Magalhães Barata como forma de reivindicar auxílio. Frequentemente mencionava os filhos como estratégia para

sensibilizar o poder público, revelando resiliência, organização e agência.

Michele Rocha da Silva (2010) observa que a maioria das remetentes eram mães, muitas vezes viúvas, que solicitaram amparo para sustentar suas famílias. Ao assumir a chefia do lar na ausência de figuras masculinas provedoras, buscavam junto ao Estado condições mínimas de sobrevivência.

Entre 1932 e 1933, o número de cartas escritas por mulheres aumentou significativamente, indicando a formação de uma rede de solidariedade e luta pela sobrevivência, ainda que mediada por relações de desigualdade. Esses documentos epistolares constituem fontes históricas valiosas, pois revelam trajetórias invisibilizadas e permitem compreender como, em meio a tantas desigualdades, as mulheres encontraram estratégias de resistência. Essa desigualdade é evidente nas próprias cartas. Algumas remetentes eram normalistas, funcionárias públicas ou viúvas com maior escolaridade demonstravam domínio formal da escrita e capacidade de organizar seus relatos de forma mais estruturada. Outras, especialmente aquelas que relataram situações de extrema precariedade, apresentavam erros ortográficos e frases fragmentadas, indicando que o acesso à educação lhes fora negado. Essa diferença não anula a agência dessas mulheres. ao contrário, reforça como a carta se tornava possível também por meio de mediadores, vizinhos, familiares ou conhecidos alfabetizados que escreviam em nome da remetente.

Os temas abordados variam entre pedidos de pensão, vagas em escolas, solicitações de emprego e denúncias diversas, evidenciando uma interlocução ativa com o poder público. Um exemplo revelador é a carta datada de 23 de março de 1933, endereçada ao “Sr. Major Joaquim Magalhães Barata, M.D. Interventor Federal do Pará”. Nela, uma viúva narra sua trajetória de dificuldades para sustentar os filhos:

2- “Respeitosos cumprimentos. Com os melhores votos que faço pela crescente prosperidade do honrado governo de V. Exc. Para pedir um grande favor, o qual virá refletir grandemente no futuro de meus novos filhos órfão. Tendo enviuvado em 1927, fiquei em estado desesperador, sem recurso, procurei trabalho para a manutenção dessas crianças servindo em várias fabricas, encontrando-me presentemente no colégio progresso paraense, como inspectora de aluno e governanta do mesmo. Mui embora seja bem tratada pelos proprietários desse educandario, vejo-me, porém, na contingência de procurar outra colocação que me proporcione folga para dispensar a assistência de que necessitam meus filhos, pois, a maioria dessas creanças já se acha em idade escolar e o meu emprego priva me da direção dos mesmo menores, visto como entro para o serviço do colégio as 6 horas da manhã para sair as 7 ½ da noite, sem uma só folga durante o mez. Para que V. Exc. Avalie a situação dessas crianças, basta dizer-vos que a mais velha conta apenas 16 anos de idade. Assim é que desejaria que V. Exc., por sua bondade, aproveitasse os meus serviços no

gynasio paraense ou na escola normal, inspectora de alunos, para cujas funções acho-me apta, graça ao meu longo tirocinio no collegio em que trabalho. Nessa função teria certamente mais folga para cuidar dessas crianças e da casa que, ha tempos, vive a revelia. Convicta de que V. exc tomara na devida consideração esse é meu pedido, subscrevo-me, De V. Exc. Patricia e amiga agradecida.” (1933).

O relato evidencia tanto a condição de vulnerabilidade quanto a agência das mulheres, que, ao escrever ao interventor, busca respaldar sua necessidade e apresentar suas qualificações para conquistar uma vaga que possibilitasse conciliar o sustento da família com o cuidado dos filhos.

Assim, as cartas não apenas revelam a precariedade social e econômica vivida por essas mulheres, mas também demonstram sua inserção ativa, ainda que marginal, nos processos políticos e sociais da época. Embora haja registros da presença feminina na sociedade, eles frequentemente as apresentam como “esposas” ou “filhas de alguém”, o que reforça sua exclusão e invisibilidade. A participação feminina foi, na maior parte das vezes, apagada dos registros oficiais e, quando presente, raramente reconhecida como sujeito ativo na organização da sociedade.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1940 revelam que apenas 28,8% das mulheres brasileiras sabiam ler e escrever. A baixa escolaridade feminina era um reflexo das desigualdades estruturais de gênero, que dificultavam o acesso das mulheres à instrução formal. Nesse contexto, as cartas enviadas ao interventor Magalhães Barata emergem como uma forma de se fazer ouvir em um mundo que frequentemente as silenciava e um período em que a escrita não era algo tão comum para as mulheres, revelando experiências, obstáculos e estratégias de resistência. Mesmo após avanços legais, a prática social continuou a reproduzir mentalidades que restringiam as mulheres ao papel de mães e esposas, evidenciando a permanência de uma visão conservadora que já se fazia presente na década de 1930.

O exame dessas correspondências permite compreender melhor as condições sociais e econômicas que moldaram a vida das mulheres paraenses. Diferentemente dos jornais e livros, que reforçavam estereótipos ou as excluíam do registro histórico, as cartas revelam suas próprias vozes e expectativas.

Dessa forma, tornam-se documentos fundamentais para conhecer a perspectiva feminina em meio às desigualdades sociais e econômicas, funcionando como testemunhos insubstituíveis que permitem ouvir vozes que a história tradicional insistiu em silenciar e

revelando aspectos da vida e da mentalidade feminina que permaneceram ocultos se considerássemos apenas os registros oficiais.

A produção das cartas não era acessível a todas, pois grande parte das mulheres era analfabeta. Muitas recorriam à escrita de terceiros, demonstrando que a carta era simultaneamente um limite e uma oportunidade dependia da mediação de alguém alfabetizado, mas permitia acessar o poder estatal.

4. DIÁLOGO COM O PODER PÚBLICO E ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS DE SOBREVIVÊNCIA.

4.1. A ESCRITA COMO ESTRATÉGIA DE LEGITIMIDADE E SOBREVIVÊNCIA

O objetivo desta pesquisa é mostrar as expectativas sociais da época por meio das mensagens enviadas ao governo, destacando que a comunicação com o poder público era vista como uma estratégia de sobrevivência para as mulheres e estratégia política para Magalhães Barata em período de política populista.

A ocupação do espaço público do trabalho por mulheres revela traços de modificação nas formações familiares, sobretudo em realidades circundantes às famílias pobres, nas quais o trabalho feminino tornava-se fundamental para a subsistência do lar (RODRIGUES; VERAS, 2017). As estratégias principais das mulheres pobres eram a ocupação em atividades ligadas aos serviços domésticos, ao trabalho informal e mal remunerado e às fábricas, muitas vezes insuficientes para garantir a subsistência familiar. Por isso, algumas escreviam ao interventor; outras dependiam do apoio familiar, de benefícios deixados por parentes ou, ainda, da ajuda de vizinhos. Nesse contexto, uma das alternativas era apelar às cartas.

As cartas não eram apenas pedidos de auxílio, mas documentos que revelam estratégias de sobrevivência diante de um contexto de desigualdades de gênero, pobreza e inserção laboral limitada. Muitas mulheres informaram trabalhar como costureiras, lavadeiras, professoras, domésticas, serventes, modistas ou em atividades informais. No entanto, os relatos demonstram que tais ocupações eram insuficientes para garantir a subsistência familiar. Diante disso, a escrita surge como um recurso extremo, acionado quando outras redes de apoio haviam se esgotado.

O interventor contava com grande apoio popular, entre outras coisas, pela política de reforma urbana que tinha desenvolvido logo quando assumiu a interventoria. O major titulóu e

distribuiu terrenos em vários bairros de Belém, decretou a baixa dos aluguéis em 30%, concedeu audiências públicas para os pobres, distribuiu cestas básicas e uniformes escolares (FONTES, 2013, p. 148). Tais medidas assistencialistas criaram uma imagem de governante próximo e protetor, incentivando a população a recorrer diretamente a Barata por meio de cartas e audiências públicas. Para muitas mulheres que já tinham buscado outros meios era a alternativa que sobrava.

Segundo Michele Rocha da Silva (2010), “uma das medidas que corroboraram para a efetivação dessa perspectiva foi a implantação da comunicação direta com o governo [...], além disso, instituiu a realização de audiências públicas” (p. 16).

CARTA 1:

Senhor Major Magalhães Barata
Interventor do Pará
Meus cumprimentos...

3- Nesta correspondência, a remetente apela para a sensibilidade e humanidade de Magalhães Barata. Ela ressalta ter sido indicada por uma pessoa de confiança do interventor, reforçando sua legitimidade como merecedora de atenção. Explica ainda que já havia enviado outras cartas sem resposta e pede para que Barata não se deixe influenciar por “denúncias falsas” que estariam prejudicando seu marido, buscando um tratamento justo. (Arquivo Público do Pará, Fundo Gabinete do Interventor, Série: Carta, caixa 06)

CARTA 2:

Pará, Belém, 20 de setembro de 1932
Ex. Sr. Magalhães Barata, Interventor Federal neste Estado...

4- Nessa carta, a remetente, viúva de um despachante estadual, relata sua condição de pobreza após a morte do marido e a dificuldade de sustentar quatro filhos. Apresenta como argumento o valor de uma fiança deixada no tesouro do Estado e solicita apoio financeiro do interventor, por não dispor de outros recursos para sobreviver. (Arquivo Público do Pará, Fundo Gabinete do Interventor, Série: Carta, caixa 06)

Este estudo analisa cartas enviadas ao interventor Magalhães Barata entre 1931 e 1933, buscando compreender como essas mulheres narravam suas vivências e dificuldades, bem como os motivos que as levavam a pedir auxílio ao poder público em um período de reconfiguração política no país.

As correspondências revelam experiências de mulheres que, diante da ausência de apoio

masculino ou da precariedade econômica, assumiam sozinhas a manutenção das famílias. É recorrente a menção à morte, abandono ou desemprego dos companheiros, agravando a dificuldade de sustento e educação dos filhos.

As mensagens expõem fragilidades sociais da época, mas também demonstram a agência e articulação dessas mulheres. Apesar da vulnerabilidade, encontravam na escrita uma forma de serem ouvidas. Iniciando pedidos com formas respeitadas ao governo, buscavam legitimar suas súplicas e conquistar benefícios, seja em forma de emprego, auxílio financeiro ou alimentos, como tentativa de garantir uma vida mais digna.

É nesse sentido que a carta constitui uma estratégia de sobrevivência que se relaciona diretamente à entrada, ainda que desigual e limitada, das mulheres no mercado de trabalho.

4.2. VULNERABILIDADE E AGÊNCIA NAS CARTAS FEMININAS.

5 - O caso de Maria Niquelina de Melo ilustra a resistência dessas mulheres diante da exclusão social. Maria Niquelina escreveu ao interventor relatando a condição de extrema vulnerabilidade em que vivia com sua família. Devido à deficiência visual do marido, trabalhou por dois anos como única provedora do lar, mas, ao receber uma intimação da proprietária da casa exigindo o pagamento dos “forros do terreno ou desejo imediato”, viu-se sem recursos. Em sua carta, apela: *“Veja V. Excelência em que situação nos encontramos, sem pão e sem abrigo”* (Arquivo Público do Pará, Fundo Gabinete do Interventor, Série: Carta, caixa 06).

A falta de auxílio e de serviços bem remunerados impedia a família de manter a casa em que moravam, e a exigência da proprietária pelo pagamento imediato reforçou o quadro de instabilidade e desamparo.

A análise documental foi realizada a partir do acervo do Arquivo Público do Estado do Pará, onde foram examinadas três caixas de cartas dos anos de 1931 a 1933, além da consulta a periódicos disponíveis na Biblioteca Arthur Viana. Essas fontes primárias são fundamentais para compreender o cotidiano e as estratégias das mulheres em um período de forte exclusão social e desigualdade de gênero.

As cartas revelam não apenas carência e sofrimento, mas também ação política e resistência, evidenciando o protagonismo feminino. Elas permitem acesso ao cotidiano de mulheres que sustentavam sozinhas suas famílias, trabalhavam em fábricas, como costureiras ou enfrentavam o desemprego.

Muitas vezes, a súplica de uma mulher refletia a realidade vivida por várias outras. Como observa, Michele Silva:

“O interventor Joaquim de Magalhães Cardoso Barata legitimou e oficializou a produção e envio de cartas para seu gabinete. Ao assumir a interventoria, solicitou à imprensa paraense que criasse uma coluna exclusiva para que as pessoas pudessem expor suas necessidades e reclamações. A proposta das políticas que assumiram o poder era que o governo pudesse melhor atendê-los. Certamente tal ação sinalizava intenções políticas atribuídas pelo poder a essa prática, sobretudo, um fato original, até certo sentido, pela construção de uma estratégia de poder que se configurava na relação entre o interventor, o regime defendido, os políticos que o apoiavam e a população.” Michele Rocha da Silva (2010, p. 40)”.

4.3. CARTAS COMO FERRAMENTA POLÍTICA E RELAÇÃO COM O ESTADO

As mulheres, sobretudo as mais humildes, em sua maioria pediam trabalho ou auxílio para se alimentar e sustentar seus dependentes. Mesmo aquelas que tinham companheiros recorreram ao pedido de ajuda, e o interventor, ao atendê-las, também se beneficiava politicamente, garantindo apoio e legitimidade diante da população. O termo “justiça” aparece recorrentemente, mas não como referência ao aparato jurídico formal. Para essas mulheres, justiça significava ser ouvida, ter seus problemas cotidianos solucionados, garantir direitos básicos (pensão, moradia, indenização, emprego). A justiça evocada nas cartas é local, imediata e pragmática, ela se realiza pela mediação direta do interventor, e não pelos canais institucionais do sistema jurídico. Nesse sentido, “fazer justiça” equivalia à ação prática do governante em resolver conflitos, suprir a ausência de políticas públicas ou reparar desigualdades do cotidiano. Essa concepção demonstra como o Estado era percebido não pela via legal-formal, mas pela figura concreta do interventor, capaz de intervir diretamente nas relações sociais.

Assuntos domésticos, pedidos de emprego, moradia, alimentação e denúncias diversas eram tratados diretamente com o interventor. Problemas que normalmente caberiam às prefeituras, à justiça ou à polícia eram levados ao gabinete de Barata, evidenciando que essas mulheres viam no interventor uma figura de autoridade resolutiva e próxima. E há mulheres que relatam que já havia tentado resolver seus problemas por outros meios, mas sem sucesso e o interventor era a esperanças que restava

No decorrer do mandato, além das mulheres de camadas populares, comerciantes e

empresários também se dirigiam ao interventor. Um exemplo é o caso da Sra. Maria Rita dos Santos, chefe da firma M. Santos e Filho, que solicitou uma audiência privada. Comparando com as mulheres que se identificavam como “mãe pobre” ou “viúva”, Maria Rita iniciou sua carta de forma respeitosa, com uma linguagem mais formal e objetiva, sem expor o motivo que a levou a escrever. Ela apenas explicou que se tratava de um assunto importante:

“Exmo. Sr major Magalhaes Barata M. D Interventor Federal no Pará Respeitosos cumprimentos Sabendo das múltiplas preocupações de V. EX ao tratar dos interesses do Estado, não quero e não devo interromper V.Exc. nas horas destinadas a esse fim, em Palácio. Como, porém, tenho necessidade urgente de uma conferência Com V. Exc., para tratar de assuntos de importância que prende ao estabelecimento industrial, desejava mercê de V.Exc. uma conferência especial, si possível em casa de residência de V. Exc. Maria Rita Ferreira dos Santos Chefe da firma M.Santos e Filho.” (Fundo: Gabinete do Interventor, Série: Cartas, Período: 1933, Caixa 07)

Outro exemplo é o pedido de auxílio feito por uma viúva em nome de seus filhos menores:

“Exmo. Snr. Major Joaquim de Magalhães Cardoso Barata D. Interventor Federal do Pará nesse Estado. Reconhecendo em V. Exc grandes sentimentos de justiça para com os necessitados, vem a signataria desta muito respeitosamente, pedir a V. Excia em nome de seus 4 filhos menores, dos quaes é o único arrimo, visto ser viúva pobre, uma collocação com que possa prover a subsistência de seus filhos. Lendo nos jornais da cidade um decreto de V. Exc criando cursos anexos do Gynásio Paraense e Escola Normal, tomo a liberdade.” (Arquivo Público do Pará, Fundo Gabinete do Interventor, Série: Carta, caixa 08)

As fontes primárias utilizadas incluem cartas arquivadas no Arquivo Público do Estado do Pará (Fundo: Secretaria de Governo; Série: Cartas, cx 6 a 8, 1930-1933), permitindo acessar versões subjetivas da realidade vivida pelas mulheres. A censura à imprensa em períodos de maior agitação política, como a Revolta de 1932, restringiu o acesso a informações públicas, relegando o registro do cotidiano feminino, em grande parte, às cartas e ofícios. Como observa Silva (2010):

“Através dessas duas vias oficiais, a realização de audiências públicas e das cartas-petições, a interventoria estabeleceu canais de aproximação que permitiam o contato entre o interventor e os mais diversos sujeitos sociais [...] personificava o Estado na imagem do interventor Magalhães Barata [...]”.

A pesquisa qualitativa das cartas permite compreender as expectativas sociais dessas mulheres, em diferentes situações, buscando apoio ou intervenção de Magalhães Barata. As correspondências reforçam a função social e política das cartas como instrumentos de

reivindicação, denúncia e sobrevivência.

Um exemplo significativo é a carta de Helena Campos, datada de 17 de janeiro de 1933:

“Venho por mais uma vez, por intermédio destas humildes linhas, lembrar-vos a promessa feita do Senr. Elias Costa, sei que é uma indelicadeza de minha parte, porém como sabe sou viúva, pobre e tenho filhos para manter, até aqui tenho lavado e engomado para fora, mas nesta quadra invernososa torna-se difícil este mister. sabendo que os afazeres de V.Excia são muitos, e eu tremendo ser esquecida, é essa a razão pela qual venho lembravos os sacrifícios que há dois anos e seis mezes venho fazendo trabalhando gratuitamente afim de obter essa colocação, e como ouvir falar que está sendo feita uma reforma no serviço, rogovos mais uma vez que não esqueças esta oportunidade, para se for possível fazer a minha nomeação Termino esta rogando a Deus pelo feliz exito ao governo de V.Excia estagiária de um dispensário de doenças de lepra e moléstias venéreas.” (Helena Campos, carta ao interventor, 17 jan. 1933)

A fala de Helena evidencia a precariedade do trabalho feminino e a sobrecarga de funções, incluindo serviços informais e não remunerados. Ao se apresentar como viúva e mãe, demonstra vulnerabilidade, mas também esperança de que a intervenção do poder público resultasse em nomeação que beneficiaria ela e seus filhos, articulando uma luta por reconhecimento institucional.

Em síntese, essa carta é um documento rico em significados, revelando tanto a luta individual de Helena quanto questões sociais mais amplas da época. Ela evidencia a intersecção entre gênero, classe social e busca por justiça, destacando o papel das mulheres como sujeitos ativos na reivindicação de direitos e no acesso a recursos públicos em um contexto de desigualdade e vulnerabilidade.

Evidência que a escrita, embora restrita, constituía uma ferramenta fundamental para reivindicar direitos, solicitar ajuda ou buscar reconhecimento. A correspondência aparece, portanto, como uma entre várias estratégias possíveis de sobrevivência e enfrentamento das desigualdades de gênero.

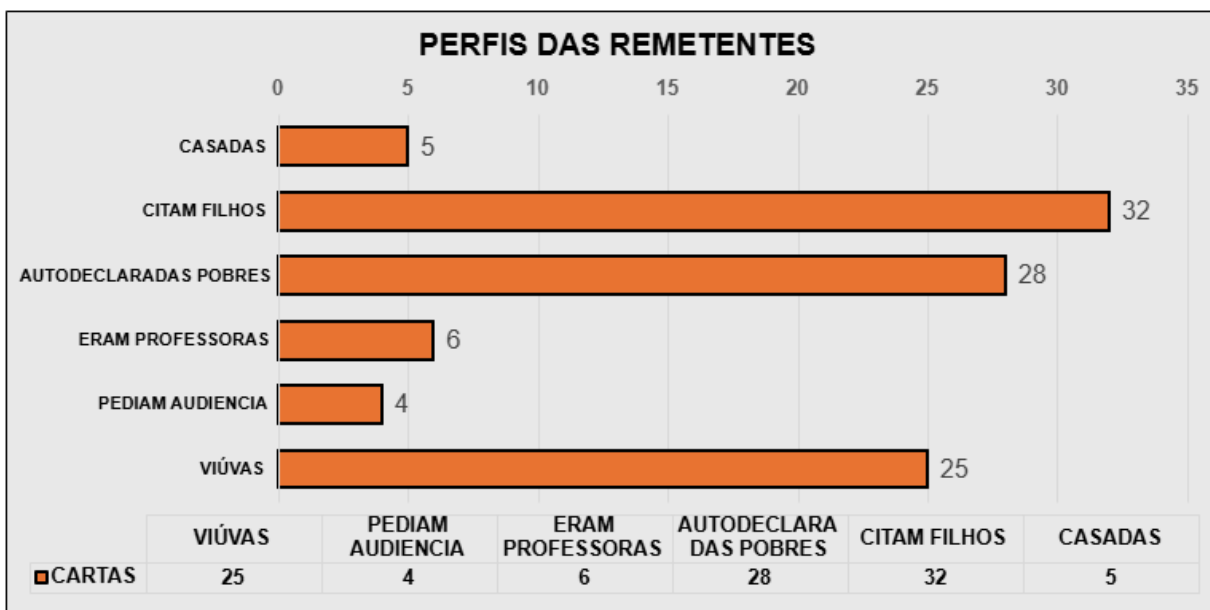
5. TIPOLOGIAS DOS PEDIDOS ENCONTRADOS

5.1. PERFIS SOCIAIS E DEMANDAS RECORRENTES DAS REMETENTES

Profissões como professora, costureira, lavadeira, modista, comerciante, servente e funcionária pública são mencionadas com frequência. Outras mulheres solicitaram emprego, transferência ou regularização de vínculos trabalhistas. A insuficiência salarial era constantemente citada, funcionando como argumento para sensibilizar o interventor.

Das 79 cartas analisadas, observa-se que diferentes perfis femininos emergem nas correspondências. Entre as remetentes, 25% diziam ser viúvas (31,6%), representando o grupo mais numeroso. Além disso, 28 mulheres (35,4%) se autodeclararam “pobres”, termo utilizado como recurso discursivo para sensibilizar o poder público. Também é expressivo o número de remetentes que mencionaram filhos: 32 mulheres (40,5%), reforçando a maternidade como estratégia central de legitimação dos pedidos, pois sabia do valor da maternidade para sociedade. Em menor proporção, algumas se identificaram como trabalhadoras, costureiras, operárias, lavadeiras, professoras ou enfermeiras, o que evidencia a inserção feminina em funções precárias e mal remuneradas. Ressalta-se que as categorias não são excludentes: muitos remetentes combinavam diferentes condições, como ser viúva, pobre e mãe simultaneamente. Essa sobreposição explica a soma superior a 100% no gráfico, demonstrando a complexidade das experiências relatadas nas cartas. Como podemos observar no gráfico 1.

Gráfico 1 – Perfis das remetentes



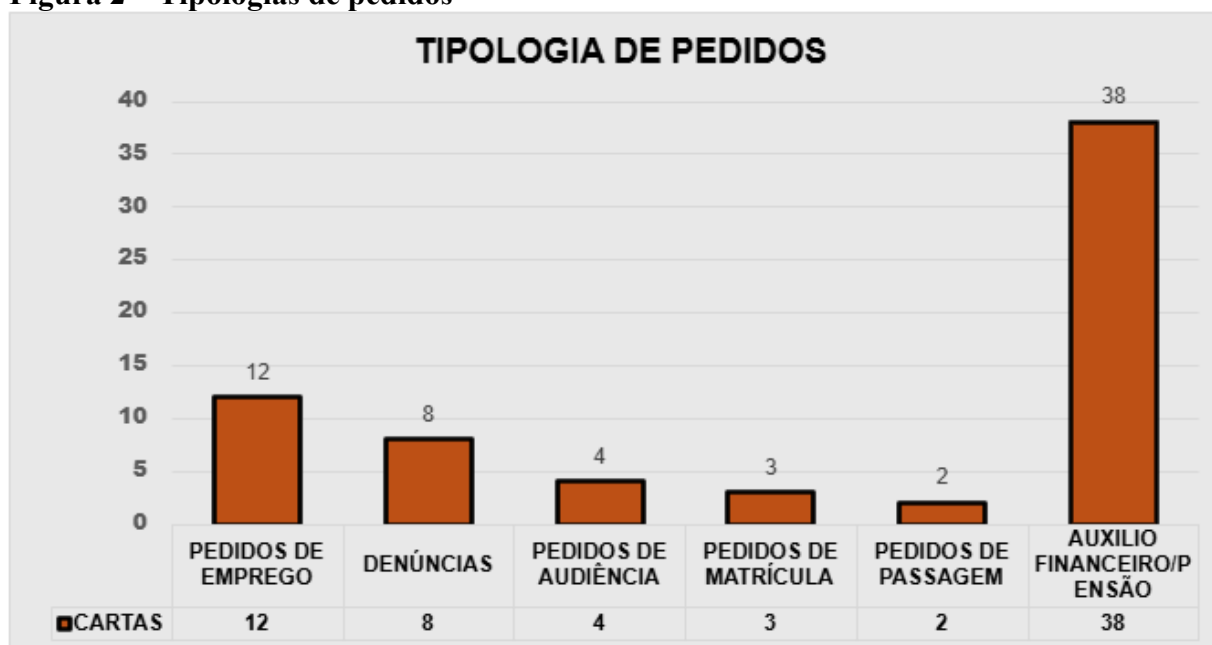
Fonte: Arquivo Público do Estado do Pará. Fundo Gabinete do Interventor, Série Cartas, caixas 6 a 8 (1930–1933).

No que se refere ao conteúdo das solicitações, as 79 cartas analisadas foram classificadas em diferentes tipologias. O pedido mais recorrente foi o de auxílio financeiro ou ajuda diante da pobreza, presente em 28 casos (35,4%). Em seguida, aparecem os pedidos de emprego ou colocação profissional (9 ocorrências; 11,4%) e as denúncias e reclamações (6 ocorrências; 7,6%). Também se destacam os pedidos de audiência com o interventor (4

ocorrências; 5,1%), as solicitações de matrícula escolar (3 ocorrências; 3,8%) e de passagens (2 ocorrências; 2,5%). Independentemente da tipologia, a maioria das cartas vinha acompanhada de justificativas relacionadas à maternidade, à viuvez ou ao desemprego, o que evidência como a precariedade da vida cotidiana atravessava os pedidos. Nesse sentido, o gráfico ilustra que, apesar da diversidade de demandas, havia um denominador comum: a busca por condições mínimas de sobrevivência e reconhecimento por parte do Estado.

Gráfico 2 -- Tipologias de pedidos

Figura 2 – Tipologias de pedidos



Fonte: Arquivo Público do Estado do Pará. Fundo Gabinete do Interventor, Série Cartas, caixas 6 a 8 (1930–1933).

E há viúvas que não aparentavam extrema pobreza eram aquelas que solicitavam pensões ou benefícios de seus maridos, alegando necessidade. Cartas de mulheres pedindo colocação nem sempre mencionavam sua vida econômica, estado civil ou maternidade. Muitas vezes enfrentando desemprego ou renda insuficiente.

Algumas relataram manter o sustento da família com pequenos serviços, como costura. Outras apontavam situações mais graves, como perseguições, calúnias ou o fato de dependerem dos próprios filhos.

A análise permitiu categorizar os pedidos por temas recorrentes: assistência financeira,

educação, saúde, emprego e moradia. Independentemente da classe social ou situação familiar, o objetivo comum era obter apoio do governo, revelando a diversidade de experiências entre mães, viúvas, professoras e trabalhadoras.

As cartas expõem problemas centrais enfrentados pelas remetentes: pobreza, desemprego, violência, perseguição e ausência do Estado. Como estratégias de sobrevivência, solicitaram empregos, transferências, moradia, justiça e até reconhecimento social.

Ainda que em situações distintas, essas correspondências expressam uma necessidade comum: o desejo por dignidade e segurança, recorrendo à escrita como ferramenta de resistência e reivindicação.

Assim, a carta revela um cenário no qual as mulheres já estavam inseridas no mercado, mas de forma precária, sobrecarregada e subordinada às desigualdades socioeconômicas.

6. EXPECTATIVAS SOCIAIS DE GÊNERO

6.1. A AUSÊNCIA MASCULINA E A SOBRECARGA DAS MULHERES

As cartas funcionam como testemunhos da presença crescente das mulheres no mercado de trabalho durante o período, sobretudo em ocupações de baixa remuneração ou associadas ao cuidado e à domesticidade. Muitas remetentes afirmavam ser responsáveis pelo sustento da casa, especialmente na ausência de um companheiro ou pai provedor. A análise das cartas enviadas ao interventor Magalhães Barata evidencia a vulnerabilidade social das mulheres em Belém entre 1930 e 1934. A dependência da figura masculina era determinante tanto na vida financeira quanto na imagem familiar.

A ausência do marido, pai ou irmão ampliava os desafios. Muitas mulheres, ao perderem o arrimo da casa, viam-se obrigadas a assumir sozinhas a responsabilidade pelo sustento da família. Em uma das cartas endereçadas ao interventor, uma mulher afirma: “[...] *Exmo sr. Interventor Federal do Pará, Major Joaquim Magalhaes Cardoso Barata. [...] aceitei o cargo que me era oferecido, como uma graça da providência divina, pois nesse momento, estava numa situação aflita, porque meu pai que era o nosso único arrimo, estava acamado [...] sofri muito [...]*”

Essa declaração evidencia que a dependência econômica e emocional das mulheres não se restringia ao marido, mas incluía outras figuras masculinas, como pais ou irmãos, que muitas

vezes funcionavam como pilares da família. A ausência dessas figuras limitava oportunidades econômicas e sociais, a exigindo que essas mulheres acumulassem funções, sem o suporte institucional adequado.

Apesar de enfrentarem essas dificuldades, as autoras eram vistas como as responsáveis pelo cuidado dos filhos e pela preservação da honra familiar. A figura masculina representava, portanto, um fator decisivo na vida dessas mulheres, refletindo as profundas assimetrias sociais da época. Sem o apoio de um companheiro ou outro homem da família, muitas se viram obrigadas a recorrer à autoridade máxima para garantir a sobrevivência.

6.2. A MATERNIDADE E A POBREZA COMO ESTRATÉGIAS DE LEGITIMAÇÃO

As cartas revelam uma combinação de expectativas sociais de gênero e necessidade material: o papel de mãe como identidade central e justificativa para pedidos de auxílio, a subordinação feminina frente à superioridade masculina e a necessidade de recorrer ao poder público diante da ausência de políticas sociais adequadas. Termos como “órfãos” e “viúvas” reforçam essa dinâmica, conectando a condição social das mulheres ao papel de provedoras solitárias.

A pobreza relatada é constante, há casos de mulheres sustentando filhos, irmãos ou pais doentes, vivendo de costura ou trabalhos precários. Isso evidencia a ausência de políticas públicas e a necessidade de recorrer ao interventor como última alternativa e como elas utilizavam a escrita como estratégia para reivindicar direitos, recursos e reconhecimento social.

Por fim, a análise permite compreender como as mulheres navegavam em um contexto de desigualdade de gênero, assumindo papéis tradicionalmente masculinos para garantir a sobrevivência da família e buscando no poder público formas de apoio diante de um Estado insuficiente. As experiências das mulheres eram diversas, influenciadas por fatores como classe social, estado civil e escassez de ações públicas que fossem adequadas. Ao recorrer diretamente ao interventor, expunham sua condição de vulnerabilidade, justificavam suas necessidades e buscavam reconhecimento social, mostrando a exclusão que enfrentavam na sociedade.

As cartas revelam como mães e viúvas se viam obrigadas a reivindicar trabalho ou assistência pública diante da ausência masculina e da precariedade econômica. A relação entre mãe sozinha, pobreza e dependência masculina é recorrente, evidenciando a carência de políticas públicas voltadas às mulheres em situação de vulnerabilidade.

Em muitos casos, essas mulheres assumiam papéis masculinos, como arrimo de família, provedoras, desafiando expectativas sociais conservadoras. Como afirma Del Priore (2000), mesmo sendo educadas para a submissão, muitas mulheres rompiam com esse papel ao se verem obrigadas a manter o lar e garantir o sustento.

As mulheres enfrentavam estigmas sociais que dificultavam sua inserção no mercado de trabalho e assumiam múltiplas funções, conciliando emprego e administração doméstica. A ênfase em sua condição de “mãe” e em situações de pobreza demonstra como as expectativas sociais recaíam sobre o feminino, associando legitimidade à maternidade e ao cuidado familiar. Mulheres sem maridos ou viúvas viviam situações ainda mais difíceis, pois a ausência de apoio masculino impactava diretamente a estabilidade financeira e social da família.

As chefes de família, em particular, enfrentavam desafios adicionais para sustentar os filhos, e muitas buscavam legitimidade em seu papel materno ao se apresentar como responsáveis pelo cuidado do lar e pela manutenção da honra familiar. Mesmo diante de limitações sociais e da visão da mulher como indivíduo de menor valor, recorriam ao poder público em busca de apoio e oportunidades de trabalho, evidenciando a dependência do Estado em garantir algum amparo. Em diversos casos, os salários ou recursos dos companheiros eram insuficientes para manter o lar, revelando a fragilidade da idealização masculina como provedor exclusivo.

A condição de maternas e o estado de vulnerabilidade eram recursos discursivos recorrentes. Muitas apelavam à compaixão do interventor, destacando a própria miséria e o sofrimento dos filhos.

As cartas apresentam predominantemente uma linguagem formal, e não se limita a uma formalidade retórica, trata-se de uma estratégia discursiva para legitimar o pedido. As correspondências costumam iniciar com saudações, elogios ou estima ao governo, construindo uma relação hierárquica em que a remetente se apresenta como dependente ou vulnerável. A exposição da vulnerabilidade ou pobreza, da condição de mãe solo, de doença, de viuvez ou da precariedade laboral, funciona como recurso para fortalecer a credibilidade do pedido. Desse modo, a linguagem formal não é apenas uma convenção, mas parte da estratégia de sobrevivência e persuasão que estrutura essas cartas. Um exemplo de remetentes que iniciavam suas cartas elogiando o governo ou ao interventor Magalhães Barata. A carta de Orozilia Costa (1933), que abre seu pedido com palavras de exaltação:

“Exmo. Snr. Major Magalhães Barata,

Respeitosas saudações.

Todo o povo do Pará, beneficiado por V. Excia., clama: o governo do Major Barata é a síntese da Verdade, Justiça e Bondade.”

Logo após esse elogio, Orozilia explica sua situação de despejo, relatando sua luta para oferecer um lar a si mesma e a seu filho: *“Tendo somente como recurso um filho de 9 anos, a quem, com sacrifício, procurei educar, e tendo angariado um pequeno capital, iniciei a construção de uma casinha cuja planta foi aprovada pela Prefeitura.”*

Esse trecho demonstra sua capacidade de agência, pois, mesmo sozinha e com um filho pequeno, conseguiu economizar para construir sua própria casa. Sua carta não apenas expõe vulnerabilidade, mas também revela determinação e esforço em meio às dificuldades.

Outro grupo de remetentes, em sua maioria mães e viúvas, acionavam o papel materno como recurso estratégico de legitimação, apresentando-se como responsáveis pelo cuidado do lar e pela honra familiar. Em seus relatos, descreviam situações dramáticas, combinando linguagem respeitosa com apelos emocionais.

Um exemplo desse tipo de narrativa aparece na carta de uma viúva de operário, que escreve:

“É forçada nos aros de vossos corações, e penetrando nos íntimos de vosso coração, que vos venho suplicar vosso generoso auxílio à minha aflitiva situação. Em que pese a vossa ação de luta dentro do campo do sucesso e da lei, venho implorar, confiante em vosso espírito justo. Sou viúva de um operário que sucumbiu em um trabalho de construção de um muro, por ocasião da execução de obras no Patrimônio do Estado. Depois do falecimento de meu marido, que foi um pobre operário das oficinas do Estado, fiquei desamparada, com um filho menor, sem recursos e sem a menor possibilidade de subsistência.”

Nesse caso, a mulher mobiliza sua condição de viúva e mãe desamparada, construindo um discurso voltado à compaixão, mas também à responsabilização do Estado, já que o acidente ocorreu em obras públicas.

6.3. SUBMISSÃO, RESISTÊNCIA E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS

Havia também mulheres que se encontravam em situações de conflitos de justiça ou herança. Elas citavam documentos e até mencionavam testemunhas, demonstrando consciência de seus direitos e da necessidade de provas legais.

É o caso de Domingas d’Almeida Maia (1932), que escreveu ao interventor reivindicando uma propriedade: *“Para que V. Sa. mande me entregar a casa ou faça com que ela seja desocupada, irei apresentar os documentos.”*

Esse exemplo evidencia que algumas mulheres não se limitavam à súplica emocional, mas articulavam argumentos jurídicos, reivindicando seus direitos com base em provas e documentos.

Outro perfil recorrente eram as mães pobres, que reforçavam em suas cartas a imagem de extrema necessidade, muitas vezes associando a fome à maternidade.

A carta de Longuinha de Mello Medeiros é emblemática: *“Amanhecendo dias que, com um pouco de café, tudo para aguentar os estômagos meu e de meus filhos, sem roupa, e V. E^a bem saberá quanto sofre uma pessoa como nós sem recursos para sustentar meus pobres filhinhos.”* (Arquivo Público do Pará, Fundo Gabinete do Interventor, Série: Carta, caixa 06)

Esse tipo de relato buscava sensibilizar emocionalmente o interventor, evocando a figura materna como símbolo de sacrifício e virtude.

Ao recorrer diretamente ao interventor ou organizar estratégias para fazer suas demandas chegarem às autoridades, essas mulheres demonstravam agência ativa.

Elas não se posicionavam apenas como vítimas passivas: buscavam soluções concretas, reivindicando direitos legais, como heranças, pleiteando empregos, solicitando matrículas escolares ou pedindo auxílio financeiro.

Apesar de apresentarem conteúdos diferentes, havia um elemento comum: a linguagem respeitosa e formal, que combinava submissão e reivindicação. Essa forma de escrita era, ao mesmo tempo, um ato de solicitação e uma expressão de resistência, permitindo que suas vozes fossem ouvidas dentro de uma sociedade marcada por desigualdades de gênero e ausência de políticas públicas eficazes.

Um exemplo claro disso está na carta de 15 de novembro de 1931, onde a remetente, casada com um homem incapacitado, escreve:

“Ex. Snr. capitão Joaquim de Magalhães Cardoso Barata Interventor Federal do Pará, Belém. Digníssimo Senhor. Peço permissão a V. Excia. Para, dirigindo-lhe estas linhas, solicitar-lhe a fineza de lêlas até o fim e dar-lhes, caso a mereçam, a atenção que uso aspirar.
Ao dirigir-me V.Excia, sabendo embora que venho, com isto, desviar-lhe a preciosa atenção dos serios problemas da administração do Estado, pelo que desde já me penitencio faço a esperançada de um acto de equidade de V.Excia, certa que estou de que V. Excia. Não deixara ao desamparo uma pobre mãe de

família. Pobre, casada com um infelicitado homem que, por falta de visão, ha anos não pode.” (Arquivo Público do Pará, Fundo Gabinete do Interventor, Série: Carta, caixa 06).

O foco desta análise é identificar como as mulheres desempenhavam papéis socialmente atribuídos ao feminino, como a maternidade e a fragilidade, e de que forma esses papéis se articulavam com o discurso de carência material e pedidos por uma vida digna. As cartas não apenas relatam essas demandas, mas também expõem as circunstâncias sociais e econômicas da época. Uma carta, escrita em 17 de fevereiro de 1933, revela a condição de uma jovem órfã: "Pois sou pequena pobre órfã de pai, com uma mãe paralitica e que vivo de uma fábrica de castanhas, ganhando ora 2\$000 mil réis às vezes 3\$000 mil réis para o sustento de 6 criaturas."(APEP, Fundo Gabinete do Interventor, série: cartas, 1931-1933, cx. 6)

Essa narrativa evidencia a figura da mulher que sofre, cuida e trabalha, características que reforça o ideal pela sociedade e legitimado pelos padrões morais da época e eram comuns nas mensagens. Conforme Mary Del Priore (2000), essas características compunham o ideário da “mulher virtuosa”, socialmente aceita e digna de compaixão.

Desde a infância, as mulheres eram educadas para serem submissas e dependentes da presença masculina. Segundo o Código Civil de 1916, o homem era o chefe da sociedade conjugal (art. 233), e a mulher só podia trabalhar com autorização do marido (art. 242). As cartas confirmam esse modelo patriarcal, mas também revelam os conflitos e contradições enfrentados por mulheres que precisavam agir fora dessas normas para sobreviver.

As cartas refletem essa realidade. uma mãe escreve suas dificuldades cotidianas:

"[...] Amanhecendo dias, que nem um pouco de café tenho para aguentar os estomogos meu e de meus filhos, sem roupa, e este V.E, bem sabera quanto sofre uma pessoa como nos sem recursos pro sustento de meus pobres filhos só poderia valer me nesta ocasião de angústia, de V. E. como possuidor de um bondoso coração, de homem humanitatio, se compadecer desta pobre, com seus filhos, implora a V.E. pelo amor que tem nos seus, que me atende neste justo pedido, já esteve hoje com D. R do Padre lando, mas ele assina que só pagaria com com ordem de V. Ex." (Arquivo Público do Pará, Fundo Gabinete do Interventor, Série: Carta, caixa 06).

Mulheres que exerciam o papel de chefes de família enfrentavam estigmas e resistência social, já que desafiavam o modelo ideal de feminilidade. Ao assumirem sozinhas a responsabilidade pelo sustento do lar, afastavam-se do ideal doméstico tradicional, o que as tornava alvo de julgamentos e expectativas sociais restritivas.

É comum nas cartas o relato de mulheres provedoras do lar sobre a dificuldade de

alimentar e manter suas famílias. A pressão econômica as levava a recorrer às autoridades em busca de auxílio, revelando a centralidade do papel social da mulher como suporte do lar. Muitas apelavam diretamente ao interventor, expondo a maternidade como elemento central de suas súplicas.

A carta apela à empatia do interventor, retratando a mãe passando por situações difíceis com os seus filhos para legitimar a súplica e a pobreza como consequência direta da ausência de apoio masculino e de políticas sociais. Essas mulheres buscavam equilibrar sua realidade prática com as expectativas impostas socialmente, recorrendo ao Estado como única alternativa de amparo.

As cartas, portanto, são documentos reveladores da realidade feminina da época: marcam o ponto de encontro entre a submissão esperada e a ação concreta de resistência. Mostram mulheres que, mesmo oprimidas por estruturas patriarcais e sociais, encontravam na escrita uma forma de afirmação, denúncia e reivindicação.

7. AGÊNCIA FEMININA E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA

Apesar das diferenças de classe social e das realidades distintas, as mulheres compartilhavam um objetivo comum: conseguir soluções por meio do interventor. Elas buscavam ser notadas pelo poder público e, ao se verem em situação de vulnerabilidade, recorriam ao amparo do interventor como estratégia de sobrevivência e reivindicação de direitos.

Por meio dessas correspondências, é possível analisar as vivências, dificuldades e formas de resistência que elas desenvolveram ao reivindicar soluções das autoridades. As cartas não apenas relatam carências materiais, mas também revelam a articulação entre papéis socialmente atribuídos ao feminino e estratégias de ação frente à desigualdade.

Um exemplo disso está na carta de 17 de fevereiro de 1933, em que uma jovem órfã descreve sua situação:

“Ao Sr. Major Magalhães Barata Saúde. [...] Venho por meio desta pedir-lhe uma esmola. Pois sou pequena pobre órfã de pai, com uma mãe parálitica e que vivo de uma fábrica de castanhas, ganhando ora 2\$00 mil reis as vezes 3\$000 mil réis para o sustento de 6 criaturas, aliás 6 porque meu sedutor está na cadeia, me deixou um, e não querendo casar-te comigo negando não sendo ele o auctor. Pois por infelicidade, a fábrica fechou em novembro todo este tempo

sem trabalhar, vivendo às custas de meus vizinhos, um tem para dá outro a mesma coisa. Descansei sem um centavo agora em janeiro sem ter um tostão, para comprar um pão de misericórdia. N. ano de 1930 preparei os papéis de irmãos para o instituto D. Macedo Costa, e até este ano os meninos não chegaram ficar enternado estando os papéis na portaria. Foi me valer do desembargador Dr. Buarque de Lima este disse-me que lamentava a minha situação e a minha pobreza, e que nada podia fazer porque não estava ao alcance dele, se estivesse que eu não sabia de lá a não ser atendidos. Mais que eu procurasse, a ir a sua presença mandando por ele que o major era um homem muito bom, muito amigo da pobreza e também do operariado que o vosso Excia me atendia e dava-me o lugar, pois em nome da sua família peço-lhe que tenha pena de mim e enterne meus irmãos um chame-se Milton Mendes da Costa e outro Olympio de Souza este os papéis estão ao meu poder. So esta na portaria o do Milton, Major em nome de Deus proteja e tenha pena desta orpha sem ter um arrimo.” (Arquivo Público do Pará, Fundo Gabinete do Interventor, Série: Carta, caixa 08).

A remetente menciona que ficou desempregada após o fechamento da fábrica, precisava manter a família e dependia da ajuda de vizinhos. Foi aconselhada a buscar apoio junto ao interventor, conhecido por atender os pobres.

As cartas eram cuidadosamente elaboradas, iniciadas e encerradas de modo a sensibilizar Magalhães Barata, utilizando saudações formais e elogios ao governo. Esse cuidado demonstra que a escrita funcionava como uma estratégia de comunicação direta com a autoridade, facilitando a obtenção de recursos e atenção.

Observa que os valores dominantes acerca dos papéis de gênero depreciavam o homem que se deixava sustentar por uma mulher “inferior”. Apesar de mudanças constitucionais que igualavam direitos, os estereótipos patriarcais permaneciam fortes, evidenciando a resistência cultural à transformação das normas de gênero. Mary Del Priore (2000, p. 379)

Havia diversidade de mulheres que utilizavam a escrita como forma de reivindicação, solicitando pensões, emprego ou doações para alimentar suas famílias. Um exemplo é a carta de 19 de janeiro de 1933, enviada por uma operária desempregada:

“Sr. Major Magalhães Barata Eu venho por meio destes mal trancados linhas. Somente para saber da resposta dá minha carta que eu lhe escrevi pedido para o senhor me prestar atenção particularmente que eu desejo falar muito mais

muito. Com o vosso querido Major Barata a dias que eu lhe fiz essa carta ainda não tive resposta. Pois eu sou pobre operaria me acho desempregada, desejo muito falar ao meu respeito; peço pela felicidade de suas filhas e esposa que queira me prestar atenção; eu aqui buscando o necessário da barraca que eu moro Oliveira Bello 273; Peço ao nosso querido Major que não queira negar se em me prestar atenção peço que o senhor me perdoe de eu lhe mandar perturbar o sentido; pois a necessidade assim obriga; o senhor queira desculpar a péssima caligrafia dos erros; me assumo sua fiel operária; Waldonira Souza.” (Arquivo Público do Pará, Fundo Gabinete do Interventor, Série: Carta, caixa 07).

Essas correspondências demonstram que, mesmo diante de limitações sociais, ausência de apoio familiar e estigmas de gênero, as mulheres encontravam na escrita uma ferramenta de agência e resistência.

Por meio dela, reivindicavam recursos, reconhecimento e proteção, mostrando sua capacidade de articular estratégias frente a um Estado insuficiente e a uma sociedade marcada por desigualdades de gênero.

A remetente Waldomira é um exemplo de mulher desempregada, desamparada pela ausência de políticas públicas de amparo, que recorre ao interventor em busca de atenção e apoio. Ao se classificar como “fiel operária”, demonstra admiração e fidelidade ao governo, evidenciando a compreensão, por parte das remetentes, do valor representativo e viabilizador que suas cartas adquiriram ao chegar às mãos do interventor.

7.1. A MATERNIDADE E O PAPEL DE PROVIDORAS COMO RECURSO LEGITIMADOR

Durante o período da intervenção de Magalhães Barata, muitas mulheres encontravam-se na posição de chefes de família, sendo as únicas responsáveis pela manutenção de seus lares e pelo sustento de seus dependentes.

A ausência da figura masculina em muitos domicílios intensificava a sobrecarga sobre essas mulheres, que, além do trabalho doméstico, buscavam inserção no mercado de trabalho formal como forma de garantir a sobrevivência de seus filhos.

Essa ausência de apoio masculino agravava ainda mais as dificuldades, sendo recorrentes pedidos de vagas escolares para os filhos e denúncias de defloração, extorsão e perseguição.

Um dos propósitos desta pesquisa é incluir as experiências das mulheres paraenses,

reconhecendo suas expectativas e agência entre 1930 e 1933. As correspondências evidenciam que, em diferentes condições sociais, elas mobilizaram a escrita como ferramenta de reivindicação, denúncia e sobrevivência, afirmando sua agência em um contexto de crise política e exclusão social.

Além de apelos por emprego e assistência, a escrita funcionava como instrumento de resistência. As estratégias discursivas incluíam categorias de mulheres como mães enfrentando dificuldades e responsáveis por sustentar seus filhos.

Longe de serem súplicas isoladas, as cartas recorriam à moralidade, a responsabilidade familiar e à necessidade de sobrevivência, quebrando estereótipos que limitavam a mulher ao espaço doméstico. Essas cartas são testemunhos da resistência feminina em um período em que as mulheres tinham pouca visibilidade social.

Por meio das correspondências, é possível analisar vivências, dificuldades e formas de resistência diante da necessidade de reivindicar soluções junto às autoridades. Para se validarem e destacarem seus pedidos como urgência elas usavam para sua atribuição de sustento dos filhos, evidenciando resiliência e força ao buscar garantir a sobrevivência de suas famílias.

As mulheres não eram passivas diante de suas dificuldades; pelo contrário, atuavam de forma ativa na luta por dignidade social e reconhecimento, utilizando as cartas como meio de expressar suas reivindicações.

As cartas enviadas pelas mulheres ao interventor evidenciam que, embora muitas relataram situações de doença, pobreza ou desemprego, suas mensagens iam além de pedidos individuais, mostrando que as correspondências funcionavam não apenas como solicitações materiais, mas também como espaços de crítica social.

Essa atuação revela a capacidade de adaptação e a luta por dignidade em um contexto marcado pela desigualdade social e de gênero. Um elemento recorrente nas cartas é o apelo de provedora do lar como forma de legitimação.

Ao se apresentarem como cuidadoras e responsáveis pelo lar, buscavam reconhecimento social e apoio do Estado. Essa estratégia, embora ancorada em expectativas tradicionais de gênero, também funcionava como instrumento de agência, permitindo que suas vozes fossem ouvidas em esferas públicas onde normalmente estariam silenciadas.

A combinação da súplica pessoal sobre doenças, dependência de filhos ou pobreza, com

reivindicações de direitos legais demonstra como as cartas misturavam apelo moral. Essa abordagem conferia peso à moralidade, reforçando a seriedade das solicitações e evidenciando a consciência das mulheres sobre sua posição social e os limites impostos pela sociedade.

Um padrão recorrente entre as cartas é a tentativa das mulheres de legitimar seus pedidos com base no papel materno. Muitas remetentes se apresentavam como mães ou viúvas, enfatizando a pobreza e as dificuldades enfrentadas, de modo a chamar a atenção do interventor e reforçar a urgência de suas solicitações.

7.2. VOZES FEMININAS: ENTRE A EXCLUSÃO E A AFIRMAÇÃO DE DIREITOS

Mesmo em posição de subalternidade, essas mulheres encontravam maneiras de se fazer ouvir. As correspondências funcionavam como instrumentos de inserção social e resistência, permitindo que suas vozes ultrapassassem o silêncio historicamente imposto. Por meio da escrita, buscavam acessar o poder público, apresentando suas demandas de forma direta e estruturada, combinando súplicas pessoais com reivindicações de direitos ou auxílio financeiro.

Apesar das adversidades, essas mulheres demonstravam eficácia em suas ações, articulando a escrita como ferramenta para melhorias em suas vidas e inserção social. Muitas cartas seguiam padrões recorrentes, indicando que as situações relatadas não eram isoladas.

Um número significativo de remetentes iniciava suas mensagens destacando sua condição de mãe ou viúva, acrescentando que eram pobres e enfrentavam dificuldades, como forma de legitimar e fortalecer seus pedidos. Apenas algumas mulheres mencionavam ter companheiro, enquanto a maioria enfatizava sua posição de responsabilidade única e citavam os filhos como seus dependentes.

As cartas também apresentavam variações econômicas e sociais. Algumas eram mais diretas, sem detalhar a vida familiar, enquanto outras revelavam experiências complexas, combinando relatos de precariedade com estratégias de persuasão moral.

Por exemplo, uma remetente descreve: “Filhas desempregadas, e sem esperança de melhorias vivendo apenas de pouco recurso que adquirem com costureira, nem sempre constante, nem sempre constante.” (APEP, Fundo Gabinete do Interventor, série cartas, 1933, ex. 7)

A expressão “nem sempre constante” evidencia a instabilidade do trabalho feminino e a incerteza quanto ao futuro, mostrando, simultaneamente, sensibilidade e desespero diante das condições econômicas adversas.

As estratégias discursivas utilizadas pelas mulheres incluíam o apelo à moralidade, a exposição de sua situação familiar e econômica, e a argumentação sobre direitos e necessidades legítimas.

Mais do que simples pedidos de ajuda, essas cartas revelam experiências de exclusão social e formas de agência, mostrando como as mulheres, mesmo silenciadas, exerciam influência e buscavam reconhecimento e apoio. Apesar de se colocarem em posição de inferioridade, o ato de escrever já constituía uma forma de agência.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cartas analisadas revelam realidades marcadas pela pobreza, pelo desemprego, pela violência e pelo abandono social. Mães, viúvas, operárias e professoras buscavam, por meio da escrita, não apenas assistência material, mas também justiça e reconhecimento. Esses pedidos demonstram que, mesmo em um cenário de exclusão, as mulheres mobilizaram a palavra escrita como instrumento de reivindicação e sobrevivência.

O objetivo deste artigo foi analisar essas cartas para compreender as expectativas sociais atribuídas ao feminino e as estratégias desenvolvidas diante da desigualdade. Ao observar pedidos e denúncias, torna-se evidente como a escrita funcionou como recurso de agência, capaz de transformar experiências individuais em demandas sociais, revelando a complexa relação entre gênero, poder e sobrevivência no Pará entre 1930 e 1933.

Assim, a análise dos documentos possibilita compreender tanto as necessidades materiais e simbólicas das mulheres paraenses quanto a forma como se afirmaram enquanto sujeitos históricos. Ao recorrerem à escrita, deixaram testemunhos de resistência, tornando visível sua presença na sociedade e sua luta por dignidade em um contexto de profundas desigualdades sociais e de gênero.

Essas cartas, portanto, revelam um retrato marcante da condição feminina no Pará e permitem acessar uma parte da história amazônica a partir da voz das próprias mulheres, que, ao exporem suas circunstâncias, legaram registros fundamentais para a memória social e histórica da região. As cartas analisadas demonstram que as mulheres não eram figuras passivas diante das adversidades.

CARTAS CITADAS NO TEXTO

FIGURA 01

ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ

11 de Maio de 1887

Ex. Sr. Interventor do Pará, Sr. ...

Com a honra de V. Ex. Sr. ...

De V. Ex. Sr. ...

19 de Maio de 1887

Pa. 149

31 de Março de 1887

07.300

De V. Ex. Sr. ...

Antônio Carneiro Lima

Residência: - Rua de Calceiros Castello Branco, 144.

Fonte: Arquivo Público do Pará:Fundo Gabinete do Interventor.Série:Cartas

FIGURA 02

John
Mestre Major Barata dig-
no Interventor do Estado do
Pará
Quido-vos

Tendo escripto uma car-
ta a V. Exc, em 7 de Fev. e
julgando não ter a rea-
bilidade, mesmo, sendo eu de
pouca sorte, mesmo V. Exc.
tem um cargo muito espirituoso
se, venho relembrar o meu
pedido, sobre um empre-
go, onde eu como viuva
pobre, pudesse me manter,
sendo V. Exc dedicado aos
pobres e a todos protegendo

*Em. m. do 3/933.
Polai da Subvina*

Fonte: Arquivo Público do Pará: Fundo Gabinete do Interventor. Série: Cartas

FIGURA 03

Recorrendo-me nos seus ^{laços} ~~laços~~
Com^o Sr. Major Joaquim de Mar-
galhães Cardoso Barata P. D. Inter-
venor Federal neste Estado.

Reconhecendo em V. Exc.
grandes sentimentos de justiça para
com os necessitados, vem a signataria
desta muito respeitosamente, pedir a
V. Exc. em nome de seus 4 filhos
menores, dos quaes é o unico arrimo,
visto ser viuva pobre, uma colloção
com que possa prover a subsistencia
de seus filhos.

Verendo nos jornas da cidade um
decreto de V. Exc. creando cursos
annexos ao Gymnasio Paraense e
Escola Normal, toma a liberdade de

Fonte: Arquivo Público do Pará: Fundo Gabinete do Interventor. Série: Cartas

FIGURA 05

7

ARQUIV-58

Exmo Sr. Interventor Federal do Pará, Na-
por Joaquim Magalhães Cardoso Barata.

Tandações respiratórias.

Em Abril de 1926, fui convidada pelo Sr.
Eustorgio Miranda, então Intendente de Breves,
para reger a cadeira de professora da Es-
cola Isolada Elementar N. 12, do referido
lugar, vaga por não existir quem acci-
tasse o cargo, devido terem fallecido as
duas ultimas professoras normalistas que
me antecederam, sendo que a ultima,
não escreveu o bagisterio mais que um
mez.

Nessa epoca, Breves, era um lugar docu-
to, sem saneamento de especie alguma.
Entretanto, accitei o cargo que me era offe-
recido, como uma graça da Providencia
Deus, pois nesse momento, estava n'uma
situação afflictiva, porque meu pai que
era o nosso unico arrimo, estava acama-
do de uma congestão cerebral, tendo eu
desde então, assumido o encargo de gran-
de responsabilidade da manutenção de
minha familia.

Nos primeiros tempos, soffri muito de

Ministerio da Republica
Diretoria Geral da Educacao e Escolas
Publicas No. 24
Of. 38
Região do Gabinete do Interventor
Em 1.º de Fevereiro de 1926

todos devem ser devol-
tos ao Gabinete do Governo, após o
cumprimento dos despachos nelles est-

Fonte: Arquivo Público do Pará:Fundo Gabinete do Interventor.Série:Cartas

FIGURA 07

Sua Ex^a Sr. Interventor do
Estado do Pará

Aguarda afortunada.
Mig. Paulo
3/3/34

46

Gabinete do Interventor
Pará, 10 de Setembro 1934
N.º 2255 LIVRO 424
ESP. Paulo III 59

Clériga, vem perante V^o Ex^a reiterar-lhe
um pedido, confiada no bondoso amparo
que V^o Ex^a vem dispensando aos pobres.

A suplicante foi empregada
no Hospício de Alienados, está no governo
do Dr. Sousa Castro, e está ainda desembol-
sada da quantia de 250\$000 reis (duzentos
e cinqüenta mil reis) referentes aos seus orde-
nados que ali vive. É uma importan-
cia diminuta, mas para quem luta com
grande falta de recursos, serve, para mi-
norar algo das dificuldades com que se
encontra para manutenção e criação
de seus três filhos ainda pequenos; e
vendo a protecção affectiva e disvela-
da, que V^o Ex^a lhe carinhosamente vem
concedendo áquelles que d'ela necessitam

Peço a V^o Ex^a, supponha
a vossa valiosa protecção,
e uma mãe em precárias
circunstancias, para o rece-

Fonte: Arquivo Público do Pará: Fundo Gabinete do Interventor. Série: Cartas

Com. Sua. M. J. Joaquim Carlos de Aguiar Duarte
 P. 1.º
 P. 2.º
 P. 3.º
 P. 4.º
 P. 5.º
 P. 6.º
 P. 7.º
 P. 8.º
 P. 9.º
 P. 10.º
 P. 11.º
 P. 12.º
 P. 13.º
 P. 14.º
 P. 15.º
 P. 16.º
 P. 17.º
 P. 18.º
 P. 19.º
 P. 20.º
 P. 21.º
 P. 22.º
 P. 23.º
 P. 24.º
 P. 25.º
 P. 26.º
 P. 27.º
 P. 28.º
 P. 29.º
 P. 30.º
 P. 31.º
 P. 32.º
 P. 33.º
 P. 34.º
 P. 35.º
 P. 36.º
 P. 37.º
 P. 38.º
 P. 39.º
 P. 40.º
 P. 41.º
 P. 42.º
 P. 43.º
 P. 44.º
 P. 45.º
 P. 46.º
 P. 47.º
 P. 48.º
 P. 49.º
 P. 50.º
 P. 51.º
 P. 52.º
 P. 53.º
 P. 54.º
 P. 55.º
 P. 56.º
 P. 57.º
 P. 58.º
 P. 59.º
 P. 60.º
 P. 61.º
 P. 62.º
 P. 63.º
 P. 64.º
 P. 65.º
 P. 66.º
 P. 67.º
 P. 68.º
 P. 69.º
 P. 70.º
 P. 71.º
 P. 72.º
 P. 73.º
 P. 74.º
 P. 75.º
 P. 76.º
 P. 77.º
 P. 78.º
 P. 79.º
 P. 80.º
 P. 81.º
 P. 82.º
 P. 83.º
 P. 84.º
 P. 85.º
 P. 86.º
 P. 87.º
 P. 88.º
 P. 89.º
 P. 90.º
 P. 91.º
 P. 92.º
 P. 93.º
 P. 94.º
 P. 95.º
 P. 96.º
 P. 97.º
 P. 98.º
 P. 99.º
 P. 100.º

Fonte: Arquivo Público do Pará: Fundo Gabinete do Interventor. Série: Cartas

D. R. Manoel dos Santos
 P. 1.º
 P. 2.º
 P. 3.º
 P. 4.º
 P. 5.º
 P. 6.º
 P. 7.º
 P. 8.º
 P. 9.º
 P. 10.º
 P. 11.º
 P. 12.º
 P. 13.º
 P. 14.º
 P. 15.º
 P. 16.º
 P. 17.º
 P. 18.º
 P. 19.º
 P. 20.º
 P. 21.º
 P. 22.º
 P. 23.º
 P. 24.º
 P. 25.º
 P. 26.º
 P. 27.º
 P. 28.º
 P. 29.º
 P. 30.º
 P. 31.º
 P. 32.º
 P. 33.º
 P. 34.º
 P. 35.º
 P. 36.º
 P. 37.º
 P. 38.º
 P. 39.º
 P. 40.º
 P. 41.º
 P. 42.º
 P. 43.º
 P. 44.º
 P. 45.º
 P. 46.º
 P. 47.º
 P. 48.º
 P. 49.º
 P. 50.º
 P. 51.º
 P. 52.º
 P. 53.º
 P. 54.º
 P. 55.º
 P. 56.º
 P. 57.º
 P. 58.º
 P. 59.º
 P. 60.º
 P. 61.º
 P. 62.º
 P. 63.º
 P. 64.º
 P. 65.º
 P. 66.º
 P. 67.º
 P. 68.º
 P. 69.º
 P. 70.º
 P. 71.º
 P. 72.º
 P. 73.º
 P. 74.º
 P. 75.º
 P. 76.º
 P. 77.º
 P. 78.º
 P. 79.º
 P. 80.º
 P. 81.º
 P. 82.º
 P. 83.º
 P. 84.º
 P. 85.º
 P. 86.º
 P. 87.º
 P. 88.º
 P. 89.º
 P. 90.º
 P. 91.º
 P. 92.º
 P. 93.º
 P. 94.º
 P. 95.º
 P. 96.º
 P. 97.º
 P. 98.º
 P. 99.º
 P. 100.º

Fonte: Arquivo Público do Pará: Fundo Gabinete do Interventor. Série: Cartas

REFERÊNCIAS

- ÁLVARES, Maria Luzia M. Saias, Laços e Ligas: construindo imagens e lutas (um estudo sobre as formas de participação política e partidária das mulheres paraenses – 1910/1937). Dissertação (Mestrado). Belém: Núcleo de Altos Estudos da Amazônia – NAEA, UFPA, 1990.
- APEP – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. Cartas ao Interventor Magalhães Barata (1931–1933). Fundo: Gabinete do Interventor. Série: Cartas, caixas 6 e 7. Belém, Pará.
- APEP – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. Fundo: Gabinete do Interventor. Série: Ofícios (1931), cx. 29. Belém, Pará.
- APEP – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. Fundo: Secretaria de Governo. Série: Ofícios (1930–1934), cx. 182. Belém, Pará.
- BARBOSA, Ilka do Socorro Castro. Cartas do Povo: Magalhães Barata, correspondência popular em sua primeira interventoria. Monografia de Graduação em História. Laboratório de História, UFPA, Belém, 2005.
- BRASIL. Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932. Concede às mulheres o direito ao voto. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 12 mai. 2025.
- CAMPOS, Danielly Cristine Barbosa de. ORGANIZAÇÃO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA NO PARÁ DURANTE A PRIMEIRA INTERVENTORIA DE MAGALHÃES BARATA (1930- 1935). 2024/ 146 f.:il. color
- Cartas: um acervo de memória afetiva e histórica e a importância de sua preservação. Múltiplos Olhares em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/17036>. Acesso em: 5 set. 2025.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: [inserir data].
- DEL PRIORE, Mary. História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2000.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- ESTEVES, Natália. Conquistas femininas durante o governo Vargas. *História do Futuro: Ensino, Pesquisa e Divulgação Científica*, Rio de Janeiro, 2020, p. 5.

FONTES, Edilza. Cultura e política dos anos trinta no Brasil e as memórias do interventor do Pará, Magalhães Barata (1930 – 1935). *Revista Estudos Políticos*. Rio de Janeiro, nº 7, pp. 131-151, dezembro 2013. Disponível em: Acesso em: 17 maio 2017.

ROQUE, Carlos. *Magalhães Barata: O Homem, a Lenda, O Político*. Belém: SECULT, 2006. p. 187.

SILVA, Michele Rocha da. *Para Serem Atendidas: Cartas ao Interventor Magalhães Barata, Pará (1930–1935)*. 2010. 175 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

FONTES ONLINE:

BELÉM de todas as épocas. Disponível em:

<https://issuu.com/belemdasepocas/docs/belemdetoda-sasepocas/189>. Acesso em: 26 abr. 2021.

“Fábrica Perseverança”. *Estado do Pará*, Belém, nº 370, 15 abr. 1912, p. 1. BIBLIOTECA PÚBLICA ARTHUR VIANA. Jornais e periódicos da década de 1930.

RODRIGUES, José Ivanilson da Luz; VERAS, Lais Lauane Gaia. *Operariado feminino: uma conjuntura plural em uma capital da Amazônia (Belém, 1930–1935)*. **Revista Manduarisawa**, Manaus, v. 1, n. 1, 2017.

Recenseamento Geral do Brasil (1º de setembro de 1940): Censo Demográfico – População e Habitação. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1950.